



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Jequitinhonha

Papeleta de Despacho nº 19/2022

Diamantina, 30 de agosto de 2022.

ATT:

Rita de Cassia Silva Braga e Braga

Superintendente Regional de Meio Ambiente –Jequitinhonha

Prezada Superintendente,

Em 01 de setembro de 2021 foi formalizado via Plataforma EcoSistemas/SLA, o processo de regularização ambiental nº 553/2022, na modalidade de LAC1 (LP+LI+LO), classe 4, critério locacional 2, conforme DN COPAM nº 217/2017, em nome do empreendimento MCM MINERACAO EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 37.877.311/0001-43, localizado no município de Turmalina/MG.

No dia 04/05/2022, por meio da Plataforma EcoSistemas /SLA, foram solicitadas informações complementares, com o prazo máximo para apresentação de 60 (sessenta dias), contados a partir do recebimento das informações, nos termos do Artigo 23 do Decreto Estadual nº 47.383/2018. Foi solicitado pelo empreendedor, prorrogação do prazo para apresentação das informações complementares por mais 60 (sessenta) dias, tendo sido concedida pela SUPRAM Jequitinhonha a prorrogação pretendida até 01/09/2022. Em 29/08/2022 foi solicitado pelo empreendedor via plataforma SLA o sobrestamento do processo por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias com a seguinte justificativa:

“Prezados Senhores, Vimos através deste, solicitar o sobrestamento do processo SLA 553/2022, vinculado ao processo SEI 1370.01.0045189/2021-39, por um período de 180 dias, para que a empresa consiga fazer a regularização da área. De fato, existem divergências de sobreposição do CAR, entre a empresa Suzano e a Fazenda Barra da Caiçara. A empresa MCM Mineração aguarda a judicialização do processo, para darmos seguimento na entrega das informações complementares solicitadas. Nestes termos pedimos deferimento.”



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Jequitinhonha

A previsão de sobrestamento do prazo para apresentação de informações complementares pelo órgão ambiental encontra-se disposta no § 2º do Decreto Estadual nº 47.383/2018 nos seguintes termos:

Art. 23 - Caso o órgão ambiental solicite esclarecimentos adicionais, documentos ou informações complementares, inclusive estudos específicos, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de sessenta dias, contados do recebimento da [...];

§ 2º - O prazo previsto no caput poderá ser sobrestado por até quinze meses, improrrogáveis, quando os estudos solicitados exigirem prazos para elaboração superiores, desde que o empreendedor apresente justificativa e cronograma de execução, a serem avaliados pelo órgão ambiental competente.

[...].

Dentre as informações complementares solicitadas, elencam-se a apresentação dos seguintes itens: **A)** - Apresentar CAR retificado quanto a área da propriedade e área registrada na Certidão de Inteiro Teor ou justificativa para diferença entre as áreas dos documentos; **B)** – Apresentar retificação do CAR com a identificação de todos os cursos d'água presente na propriedade, uma vez que, em vistoria realizada no empreendimento, foi verificada a presença de um curso d'água não identificado no CAR.

De um total de 25 (vinte e cinco) itens de informações complementares solicitados pela SUPRAM Jequitinhonha, somente os 02 (dois) acima guardam relação com o Cadastro Ambiental Rural – CAR, e, portanto, com a justificativa de sobrestamento apresentada pelo empreendedor. Porém, a mesma justificativa é replicada para os demais itens, que tratam de questões diversas, não, podendo, assim, ter sido replicada para todos os itens. Citamos, alguns exemplos a seguir:

- 1) IC: Apresentar todos os pontos de coordenadas dos locais de geração de efluentes e seus locais de tratamento;**
- 2) IC: Apresentar informação se há processo em andamento em outro órgão interveniente ao licenciamento ambiental, a saber: IPHAN, IEPHA, INCRA, Fundação PALMARES, dentre outros;**
- 3) IC: Apresentar aspectos climáticos referentes ao empreendimento. No item 7.1. Aspectos climáticos, subitem 7.1.2. Variáveis atmosféricas, do RCA, há características de outro local, denominado empreendimento Sentinela.**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Jequitinhonha

Nota-se, assim, de forma indubitável que tal justificativa não pode ser aceita para o sobrestamento do prazo para a apresentação das informações complementares solicitadas, restando, tão somente, o **ARQUIVAMENTO** do processo em tela, com fundamento no art. 26 da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017, *in verbis*:

Art. 26 – Durante a análise do processo de licenciamento ambiental, caso seja verificada a insuficiência de informações, documentos ou estudos apresentados, o órgão ambiental estadual deverá exigir sua complementação, exceto nos casos que ensejem o arquivamento ou o indeferimento de plano.

§1º – As exigências de complementação de que trata o caput serão comunicadas ao empreendedor em sua completude uma única vez, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do licenciamento ambiental.

§2º – Caso o órgão ambiental solicite esclarecimentos adicionais, documentos ou informações complementares, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, admitida prorrogação justificada por igual período.

§3º – Até que o órgão ambiental se manifeste sobre o pedido de prorrogação de prazo estabelecido no §2º, fica este automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo inicialmente concedido.

§4º – O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser sobrestado quando os estudos solicitados exigirem prazos para elaboração maiores que os previstos no §2º, desde que o empreendedor apresente o cronograma de execução, a ser avaliado pelo órgão ambiental estadual.

§5º – O não atendimento pelo empreendedor das exigências previstas nos §§1º, 2º e 4º ensejará o arquivamento do processo de licenciamento; sem prejuízo da interposição de recurso ou da formalização de novo processo.

§6º – Uma vez arquivado, o processo de licenciamento apenas poderá ser desarquivado:

I – por decisão administrativa que deferir recurso interposto pelo empreendedor;

*II – por autotutela administrativa. **grifo nosso***



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Jequitinhonha

Diante do exposto, encaminhamos o Processo SLA nº 553/2022, em nome do empreendimento **MCM MINERACAO EIRELI**, inscrito no CNPJ sob o nº 37.877.311/0001-43, localizado no município de Turmalina/MG), com recomendação para o **ARQUIVAMENTO**.

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários

Atenciosamente,

Túlio Kenedy Rodrigues Pereira
Diretor Regional de Regularização Ambiental
Supram Jequitinhonha

Wesley Alexandre de Paula
Diretor Regional de Controle Processual
Supram Jequitinhonha